

Desastres ambientais e a percepção de riscos na cidade: estudo em áreas de inundação em Campos/RJ

Clóvis Peixoto Firmo¹

Érica Tavares²

GT 3. A produção da cidade, agentes e ações da periferia

Resumo

O processo de urbanização e sua relação com a dinâmica ambiental revela a desigual distribuição dos ganhos e custos ambientais e sociais nas cidades, sobretudo quando abordamos as situações de desastre, levando à compreensão de que os desastres são processos socialmente construídos. O objetivo deste artigo é analisar as condições sociais e de infraestrutura urbana em uma área com ocorrência de desastres ambientais na cidade, articulando referenciais teórico-conceituais sobre ocupação do espaço urbano, desastres e riscos. A metodologia utilizada baseou-se em revisão bibliográfica e pesquisa de *survey* realizada na localidade de Ururaí em Campos dos Goytacazes/RJ. Ao analisarmos a relação entre o espaço físico e social nas cidades brasileiras, observa-se que a diferenciação social que se manifesta nos processos de ocupação e apropriação do espaço também está relacionada à suscetibilidade da população aos desastres ambientais nas periferias das cidades, uma vez que indivíduos e famílias muitas vezes são constrangidos, por vários fatores sociais e econômicos, a construir suas moradias em áreas sujeitas a alagamentos, inundações e deslizamentos.

Palavras-Chave: desastres ambientais; risco; cidade; desigualdades.

¹ Cientista Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos). Mestrando do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (UFF Campos). e-mail: clovis_firmo@yahoo.com.br

² Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (UFF Campos). e-mail: ericavavr@gmail.com

Introdução

A organização do espaço urbano e as formas de sua apropriação envolvem uma relação complexa entre os aspectos físicos, sociais, econômicos, políticos e ambientais relativos ao espaço. Sendo assim, muitas vezes, a dimensão ambiental ou os conflitos relacionados ao meio ambiente apenas são percebidos quando uma parcela da população passa a enfrentar riscos ambientais ou mesmo a ocorrência de eventos adversos, mais frequentes nas periferias, no caso do Brasil.

O objetivo deste artigo é analisar as condições sociais e de infraestrutura urbana em uma área com ocorrência de desastres ambientais na cidade, articulando referenciais teórico-conceituais sobre ocupação do espaço urbano, desastres e riscos. Para tanto, este trabalho operacionaliza as questões levantadas na localidade de Ururaí no município de Campos dos Goytacazes/RJ, uma vez que apresenta um histórico de desastres relacionados à água, como as inundações.

O processo de desterritorialização das famílias atingidas por desastres no município de Campos dos Goytacazes e a controversa atuação do poder público para com essas são abordagens recentes, inclusive envolvendo a localidade de Ururaí, o que demanda maior compreensão do fenômeno. As intervenções são múltiplas, seja a partir das ações do poder público, seja das próprias famílias atingidas, assim como das forças de mercado que operam sobre os diversos territórios da cidade, inclusive nos periféricos, onde será operacionalizada a pesquisa.

Para realização dos objetivos propostos neste artigo, parte-se de uma revisão de literatura sobre as concepções existentes em torno da relação entre a constituição do urbano e os processos sociais e ambientais, principalmente abordagens sobre riscos e desastres. Também apresentamos os dados provenientes de uma pesquisa de *survey* na localidade de destaque sobre temas importantes referentes à dinâmica socioambiental; às características sociais e econômicas; às condições de infraestrutura; e a percepção sobre o risco ambiental.

Importante ressaltar que a análise aqui apresentada é parte de uma pesquisa mais ampla sobre mobilização e estratégias para o enfrentamento de desastres ambientais, que utiliza outros aportes conceituais e procedimentos metodológicos, além dos explorados aqui.

Sendo assim, o artigo está estruturado em duas seções, além desta introdução. A primeira seção trata sobre questões relacionadas à constituição do urbano no Brasil, aos riscos sociais e ambientais e às desigualdades, que são, na nossa perspectiva, fios condutores para a formulação do entendimento sobre os desastres. A segunda seção traz parte das evidências da pesquisa sobre as condições sociais e de infraestrutura urbana em uma área com ocorrência de desastres, que é a localidade de Ururá, assim como expressões da percepção dos moradores sobre estarem em área considerada de risco.

1. Urbanização, desastres ambientais e a noção de risco

A análise do processo de ocupação e apropriação do espaço pelos grupos sociais é essencial para o entendimento da relação entre ambiente e população no contexto urbano. Isso porque, em grande parte, essa localização não envolve apenas escolhas familiares, mas também uma série de constrangimentos econômicos e sociais.

O Brasil é um dos vários países da América Latina que apresenta expressiva concentração da sua população no espaço urbano, origem de um intenso processo de urbanização impulsionado a partir da segunda metade do século XX, que também gerou uma distribuição desigual dos ganhos e custos sociais e ambientais. Portanto, à medida que as cidades se expandem, avolumam-se os problemas de diversas ordens como a falta de emprego, de habitação, de transportes, de lazer, de água, de esgotos, de educação, de saúde etc. (DIAS, 2007). Gottschalg (2012) argumenta que há uma “dupla face estabelecida pelo processo de urbanização brasileiro: concentração de riqueza e de pobreza, esta configurada pela segregação socioespacial instalada nas favelas e periferias das metrópoles” (GOTTSCHALG, 2012 p. 7).

A princípio, a cidade seria um lugar mais seguro, com diminuição das incertezas e maior controle dos riscos. Entretanto, as contradições da urbanização levaram ao aumento simultâneo de riscos, da vulnerabilidade, dos desastres ambientais (MARANDOLA JR, 2008). Jatobá (2011) também lembra que o processo de urbanização ocorreu – e ainda ocorre – acumulando uma série de precariedades, com potencialização dos riscos e das situações de vulnerabilidade social. Sob esta condição, as possibilidades de aumento de desastres ambientais são cada vez mais

recorrentes. Corroborando com o exposto, Carmo (2014) preconiza que esse processo rápido de urbanização foi marcado pela construção de residências em áreas que traziam risco e perigo ou eram áreas de preservação ambiental como margem dos rios.

O Estado foi incapaz de realizar uma política de ocupação do solo urbano, assim como teve dificuldades para estabelecer uma política habitacional capaz de atender ao crescimento da população residente nas cidades, não tendo também conseguido evitar a ocupação de áreas não adequadas (CARMO, 2014, p. 7).

Nessa linha, Tavares (2019) aponta que foi possível observar a constituição de “áreas não urbanizadas” nas cidades, onde a população geralmente fica exposta a expressivos riscos ambientais como deslizamentos, inundações e alagamentos, ou seja, um padrão de urbanização desorganizado que envolve a ausência do poder público nessas áreas e certa tolerância com as formas de apropriação do espaço, contribuindo assim para expansão dos riscos ambientais, que geralmente acometem as populações mais pobres e vulneráveis.

A ocupação do espaço reflete os resultados de um processo de desenvolvimento, caracterizado pela distribuição desigual dos ganhos econômicos e sociais auferidos no processo produtivo. Além disso:

(...) a desigualdade é visível na segregação da ocupação do espaço urbano, com cada grupo ocupando partes específicas das cidades, dependendo da capacidade de cada família em relação à inserção nos ditames estabelecidos pelo mercado imobiliário (CARMO, 2014, p. 3).

Assim, a dinâmica social define e redefine o espaço, produzindo um rearranjo que torna algo que é diferente em contraditório, pois as escolhas residenciais não são apenas escolhas locacionais, ou seja, os indivíduos não se estabelecem em locais mais propensos à vulnerabilidade e/ou desvantagem socioambiental de acordo com seus próprios desejos, mas essas ocupações são baseadas/reguladas em função das necessidades sociais dos indivíduos e famílias, com forte relação com as condições financeiras. Valencio *et al.* (2009) ponderam:

(...) Tudo se passa, entretanto, como se a inserção de moradias em solos propensos a tais eventos fosse um risco auto imposto à vida, uma convivência arbitrária dos moradores do local com ameaças naturais o que converteria sua territorialização em algo inadmissível, ilegítimo. (VALENCIO, *et al.*, 2009 p. 35).

Essas desigualdades não acontecem apenas na forma como as famílias se estabelecem no território urbano, mas também na desigualdade no acesso aos bens e serviços públicos que definem, em grande medida, a urbanidade ou sua falta, ratificando o crescimento das cidades brasileiras marcado pela desigualdade em termos de sua estruturação interna (CARMO, 2014).

Portanto, a “distribuição desigual dos recursos coletivos urbanos decorre de processos sociais e espaciais que implicam possessão e despossessão dos indivíduos ou grupos sociais no território” (RIBEIRO *et al.*, 2013). Nessa linha, uma série de direitos, como o acesso a esgotamento sanitário, coleta de lixo, água via rede geral, pavimentação das ruas, entre outros, elementos daquilo que Ribeiro *et al.* (2014) apontam como componentes do bem-estar urbano, implicam em recursos que dependem menos da ação isolada das pessoas, pois são adquiridos de forma coletiva e contribuem para melhoria das condições de vida das famílias no espaço urbano. Em boa medida, são recursos provenientes da ação do Estado que contribuem como mecanismo de acesso às oportunidades e mitigação da vulnerabilidade das famílias ajudando-as, portanto, a superar as situações adversas, como no caso dos desastres.

Siena (2010) argumenta que a forma como o Estado atuou no planejamento da urbanização fez com que as famílias pobres fossem “empurradas” para os espaços que hoje entendemos como áreas de risco. Portanto, essa forma de urbanização ocasionou padrões de ocupações precárias, autoconstruções de moradias localizadas em áreas suscetíveis, tais como encostas, fundo de vale e várzeas, tornando as famílias que ali habitam sujeitas aos desastres ambientais, em um “permanente estado de insegurança físico-ambiental e, eventualmente, social” (GOTTSCHALG, 2012 p. 7-8).

Para tratar sobre os desastres ambientais e a percepção de risco no contexto da urbanização, também é preciso tratar sobre as concepções de desastres e riscos no campo das ciências humanas e sociais aplicadas. O estudo sobre o desastre tem seu início em 1917, através de um sociólogo canadense chamado Samuel Prince – tendo outros posteriormente. Prince passou a desenvolver suas reflexões a partir de um desastre tecnológico que envolveu o choque entre dois navios e ocasionou a explosão de um suprimento de munição, deixando mais de dez mil mortos e feridos, além de vinte e cinco mil desabrigados em Halifax, Canadá (MARCHEZINI, 2018).

Marchezini (2009) apresenta diferentes abordagens sobre o conceito de desastre que podem ser entendidas através de três principais paradigmas: o desastre

como um agente externo ameaçador; o desastre como expressão social da vulnerabilidade; e, por último, o desastre como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições.

Sobre a primeira perspectiva, o autor diz que o desastre deve ser entendido como um agente externo que causa impactos sobre as comunidades humanas e estas tendem a responder a essas agressões. Assim, os desastres são concebidos decorrentes de causas externas à comunidade. Esse paradigma sofre uma confrontação, principalmente quando é introduzida a concepção do desastre como um consenso social a respeito da vivência de uma crise (QUARANTELLI, 2015). Portanto, a análise passa a ser baseada nos agentes humanos e não somente nos agentes destrutivos externos. A noção do senso comum de que há somente um agente externo causador do desastre deve ser desfeita.

Ao trazer a concepção do segundo paradigma, Marchezini (2009) fala que a natureza dos desastres deve ser buscada na organização social, compreendendo-os como um processo ligado à vulnerabilidade social, suas causas devem ser explicadas como problemas estruturais, devendo ser contextualizadas, introduzindo assim novos desafios.

Por fim, o autor trata sobre o terceiro paradigma que compreende o desastre como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições. Esse seria produzido pelas sociedades complexas a partir de disfunções resultantes das frágeis articulações entre as especialidades científicas, desse modo cria-se um vácuo de representações e práticas capazes de reduzir o risco.

No esforço de conceituação sobre os desastres, Marcelino (2008) aponta que os desastres naturais podem ser conceituados, de forma simplificada, como o resultado do impacto de um fenômeno natural – inundações, deslizamentos, entre outros – extremo ou intenso sobre um sistema social, causando sérios danos e prejuízos que excedem a capacidade dos afetados em conviver com o impacto (TOBIN; MONTZ, 1997 apud MARCELINO, 2008).

Dentro desse pensamento, Fragoso (2013) fala que, para ser considerado desastre, um impacto provocado por um fenômeno natural deve ser deslocado sobre um sistema social gerando um potencial situação de perigo para as pessoas e bens, sendo difícil a superação para as famílias afetadas. Nesse sentido, percebe-se que tal fenômeno deixa de ser um evento natural e passa a ser considerado um desastre.

Valencio (2009) diz que o desastre aparece como um fenômeno desaglutinador da ordem social, ele é a vivência de uma crise e aponta para a sociedade a necessidade da construção de uma nova dinâmica social.

Nesse sentido, o estudo das condições sociais em sua historicidade é fundamental para entendê-los, até porque na perspectiva das Ciências Sociais, desastres são considerados processos socialmente construídos (SIQUEIRA, 2015). Sendo assim, constatamos que a sociedade e a natureza devem ser analisadas de forma interligada. Portanto, as ciências sociais debruçam-se sobre a relação sociedade natureza, tendo os conflitos ambientais como um dos seus temas. Salienta a autora:

Trata-se de prolongar os estudos desse campo para além do momento da “ruptura grave”, provocada por fenômenos físicos como chuvas, terremotos, movimentos de massa, dentre outros. O enfrentamento desse processo não deve se restringir ao dia do acontecimento do fenômeno natural (SIQUEIRA, 2015, p. 65).

Ainda nessa ótica, Valencio (2009) argumenta que ao colocar os desastres como objetos da Sociologia, ou seja, como passíveis de investigações que vão além das variáveis intrínsecas ao fenômeno natural que os geram, os desastres passam a ser compreendidos através da estrutura e dinâmicas sociais, de modo multidimensional e multiescalar. Portanto no que diz respeito à dimensão ambiental, os problemas não existem por si mesmos, mas constituem o resultado de um processo multifacetado (VALENCIO, 2009).

Assim, vale ressaltar a importância de focar a questão do desastre não somente na perspectiva das ameaças naturais. Conforme Quarantelli, (2015), a ameaça natural passa a ser compreendida não como causa do desastre, mas como um prenúncio de uma crise e de determinados comportamentos relacionados ao contexto social. Diante disto, é preciso associar os processos sociais como elementos centrais da prevenção de desastres, até porque o encontro de uma ou mais ameaças com uma ou mais vulnerabilidades produz desastres ambientais.

É muito comum que os estudos sobre os desastres acionem também a concepção dos riscos e suas percepções. Os riscos, assim como riquezas, não são distribuídos de forma igualitária, constituindo igualmente posições, sejam essas de ameaças ou posições de classe. Os riscos possuem diversas dimensões e características e cada vez mais estão no centro da atenção da sociedade moderna, entretanto, nem todos os vivenciam da mesma forma.

Marandola Jr e Hogan (2004) salientam que, há várias décadas, diversos autores têm analisado as dimensões e características do risco. Sendo assim, diferentes aspectos destes riscos em contextos geográficos e sociais distintos têm sido enfatizados por várias abordagens a partir de determinado quadro ontológico da realidade.

Temos assim desde abordagens fortemente marcadas por uma leitura objetivista da realidade, encarando o risco num sentido probabilístico, até outras que se orientam por uma abordagem subjetivista, onde o risco só existe a partir das interações sociais. Entre estas duas posturas opostas, desenvolvem-se outras tendências com diferentes graus de objetivismo e subjetivismo (MARANDOLA JR; HOGAN, 2004 p. 27).

Cunico e Oka-Fiori (2014) ao tratar do conceito de risco falam que o risco está relacionado a um acontecimento que pode se realizar ou não, e que a noção de risco está frequentemente ligada aos conceitos de vulnerabilidade, perigos, atingindo a sociedade tanto em escala local como global. Contudo, a existência de um risco só se estabelece quando há valoração de algum bem material ou imaterial, uma vez que está diretamente vinculado à noção de se perder alguma coisa, ou melhor, à possibilidade da perda que, numa visão holística, inclui a própria vida.

A construção do risco pode ser tomada como um somatório de processos em diferentes intervalos temporais, vinculados ao modo de vida moderno e ao cotidiano nas cidades. A possibilidade de perdas está ligada à distribuição espacial dos riscos ficando evidente uma concentração espacial dos riscos em certas áreas da cidade ou dos grandes centros urbanos, devido à reprodução de processos produtivos e de um modo de vida que propicia a concentração da população, estimula a produção industrial, as relações comerciais e prestação de serviços, portanto, está vinculado ao modo de vida moderno e à vida cotidiana nas cidades (CASTRO *et al.*, 2005).

Visto que os riscos contemporâneos, segundo Cunico e Oka-Fiori (2014), envolvem tanto os riscos naturais como tecnológicos e sociais, esses não podem ser analisados de maneira contingente, pois são resultados de um passado de escolhas políticas ou econômicas. Assim, o risco é indissociável das decisões no âmbito político, uma vez que essa esfera é responsável pela tomada de decisões relacionadas à organização e gestão do território, à repartição de bens, ao uso dos recursos, dentre outras.

Beck (2010) torna seu trabalho marcante ao introduzir o conceito de “sociedade de risco” referindo-se à fase radical causada pela modernidade, seu marco teria sido

o desastre de proporção catastrófica em Chernobyl. O autor analisa uma sociedade na qual a preocupação com a satisfação das necessidades materiais básicas teria sido substituída pela preocupação pelo risco potencial de autodestruição da humanidade (GUIVANT, 1998).

Essa sociedade de risco já não pode ser explicada apenas em seu viés de classe, pois os riscos que antes eram vistos como individuais agora passam a ser percebidos como globais, atravessando as fronteiras de classes. Ao mesmo tempo, as possibilidades e capacidades de lidar com situações de riscos acabam sendo também desigualmente diferentes entre as classes sociais, existindo uma forte relação entre pobreza extrema e risco extremo.

(...) Isto não anula o fato de que muitos riscos sejam distribuídos de um modo especificado pela cama ou pela classe social. a história da distribuição dos riscos mostra que estes se atêm, assim como riqueza, ao esquema de classe – mas de modo inverso: as riquezas acumulam-se em cima, os riscos em baixo. Assim os riscos parecem reforçar, e não revogar a sociedade de classe (BECK, 2011 p. 41).

Giddens (1991) passa a dar mais relevância às transformações cotidianas, entendendo que a especificidade dos riscos encontra-se na forma como são engendrados, ou seja, os riscos da alta modernidade não são naturais e sim, artificialmente construídos. Para esse autor, com o advento da modernização, os riscos deixam de ser vistos apenas como acidentes e passam a configurarem como produzidos socialmente a partir da incisiva intervenção humana sobre o meio, assim os riscos são ocasionados pelo próprio desenvolvimento científico e tecnológico, pois viver no universo da alta modernidade é viver num ambiente de opções e riscos concomitantemente, inevitáveis de um sistema orientado para o domínio da natureza e construção reflexiva da história (GIDDENS, 1991).

Para Giddens (1991) os riscos têm impacto direto na segurança ontológica pela forma como interagem os sistemas de peritos e leigos. E a grande dificuldade de lidar com os riscos da modernidade é que eles não são mais riscos externos, mas são fabricados e são produzidos em termos que as pessoas – leigos ou peritos – não possuem elementos para julgar. Neste sentido, sociedade de risco não remeteria só ao fato de que a vida moderna introduz novas formas de perigo que a humanidade enfrenta, mas, especialmente, a novas relações entre sistemas de conhecimentos

leigos e peritos, num contexto em que a estimação dos riscos é, em grande parte, imponderável (GUIVANT, 1998).

Apesar das possíveis críticas e embora os trabalhos de Beck e Giddens considerem os riscos como eixo central de suas abordagens e em uma escala mais ampla que a deste trabalho, as contribuições desses autores foram fundamentais para destacar a importância de novos conceitos para entender as sociedades na modernidade, que abarquem a complexidade que envolve os contextos de incertezas, inseguranças e riscos.

De qualquer forma, ao mesmo tempo em que os riscos sociais e ambientais atravessam escalas desde o local até o global, os riscos aos quais determinadas famílias estão sujeitas, principalmente as de classe pobre, são parte de um processo de construção social (SANTOS, 2015), pois foram produzidos a partir da ação da sociedade e é sobre ela que ele se manifesta.

Mediante essa concepção fica evidente que não se trata pura e simplesmente da maior ou menor exposição aos riscos e sim da dificuldade desses grupos, marginalizados, em identificar e reagir ao problema, cujas raízes estão relacionadas a processos históricos, políticos, e econômicos estabelecendo assim como foco de investigação dos processos sociais oriundos dessa temática. (PORTO; THOURET, 2007 apud SANTOS, 2015, p. 79).

Marandola Jr e Hogan (2004) apontam que vários demógrafos vêm estudando os conceitos de populações em situação de risco, referindo-se à vulnerabilidade e às consequências de eventos ambientais como as enchentes e deslizamentos. O foco nesses estudos procura localizar a origem desses fenômenos e entender as dinâmicas sociais que expõem determinadas populações de determinados segmentos sociais a vivenciarem ou não esses riscos.

Di Giulio *et al.* (2015), ao abordar a percepção do risco ambiental dentro da corrente psicológica, relata que os indivíduos constroem sua própria realidade e avaliam o risco de acordo com suas percepções subjetivas. A discussão sobre a relação entre população e meio ambiente, por exemplo, inclui principalmente as discussões sobre riscos socioambientais, justamente por ter a capacidade de revelar as consequências da destruição ambiental sentidas por diferentes indivíduos ou grupos sociais de forma desigual ou desuniforme através do território.

(...) a categoria risco ambiental pode ser particularmente importante para uma abordagem sociológica e demográfica da questão ambiental, por nos permitir identificar e mensurar as diferentes características sociais e demográficas dos vários grupos populacionais expostos a diferentes tipos e graus de risco ambiental. Desse modo, a ideia de risco nos permite explicitar também os impasses técnicos e os confrontos políticos inerentes à delimitação do problema em termos espaciais e do número de indivíduos afetados (TORRES, 2006, p. 54).

Assim, percepção é importante não apenas porque ela varia de pessoa para pessoa e de grupo para grupo, mas porque varia de situação para situação e de perigo para perigo. “A percepção dos grupos afetados (há ou não há risco, de qual magnitude e o que deve ser feito a respeito) influenciará na preparação e reação quando o perigo ocorrer, podendo potencializar ou mitigar os danos” (MARANDOLA JR, 2008 p. 39). É nessa linha que apresentamos os dados da pesquisa a seguir.

2. Desastres e riscos a partir das experiências dos sujeitos em áreas de inundação em Ururaí

O bairro de Ururaí fica localizado ao sul do município de Campos dos Goytacazes, cortado pela BR 101, a 12 km aproximadamente do Centro da cidade, sua população era de aproximadamente 8.800 habitantes em 2010, com cerca de 2.640 residências segundo dados do IBGE (2010). O povoamento desse bairro esteve bastante atrelado à presença do município de Campos na agroindústria açucareira nacional no século passado. Muito da dinâmica social do bairro de Ururaí foi determinado pela presença da Usina Cupim, que empregou várias pessoas na produção sucroalcooleira, setor forte na dinâmica econômica do município e região durante boa parte do século XX. Além disso, a usina também concedeu terrenos e casas para os trabalhadores, o que impulsionou o assentamento de muitas famílias na localidade. Entretanto, a ocupação do espaço se deu muito próxima ao Rio Ururaí que circunda parte do bairro. Siqueira *et al.* (2016) apontam que, como não havia casa nem terrenos disponíveis a preços acessíveis para todos, principalmente para os trabalhadores da lavoura, muitos só tiveram como alternativa ocupar as áreas de domínio estatal, como margens de rios, lagoas, canais, rodovias e ferrovias.

Como consequência, uma parte considerável da localidade é acometida constantemente por alagamentos em períodos de chuvas intensas, além da ocorrência de inundações. Em 2008, chegou a ocorrer uma grande inundação que

atingiu praticamente toda a localidade. Diante desse quadro, a resposta do poder público se deu em algumas frentes. Uma delas foi o Programa Bairro Legal, uma política pública municipal que promoveu a construção de redes de água e esgoto, pavimentação, urbanização e sinalização viária das ruas logo após a ocorrência da grande inundação de 2008 – o que trouxe certa melhora na infraestrutura do bairro no período pós-desastre. Além disso, algumas famílias atingidas foram realocadas na própria localidade através do Aluguel Social. Entretanto, a principal política se deu através da remoção de muitas famílias para conjuntos habitacionais, no âmbito do Programa Morar Feliz. Arruda (2014) aponta que o programa teve como objetivo o reassentamento das famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade, moradores de área de risco e aqueles que estavam no aluguel social. Entretanto, a política foi marcada por inúmeras contradições, como a ausência de processo participativo por parte dos moradores, remoções para áreas distantes do lugar de origem, quebra de vínculos sociais e territoriais, desvinculação com outras políticas públicas, entre outros aspectos que são conhecidos nas políticas habitacionais no Brasil. Sendo assim, o local das remoções foi aquele denominado pela prefeitura como “área de risco”, sobretudo devido às históricas inundações no lugar.

Dessa forma, buscamos entender a percepção dos moradores que residem nessa área sobre a situação de estarem em “área de risco”, a ocorrência das inundações, a perspectiva ou não de sair da localidade, e as condições de moradia em geral. Para tal, apresentamos dados advindos de pesquisa realizada pelo NESA/UFF Campos, no ano de 2015, que considerou a parte do bairro diretamente identificada como área de ocorrência de inundações³. Vale ressaltar que tanto o grupo de pesquisa mais amplo, quanto os autores estão realizando um novo estudo na localidade focado em mapear as mudanças recentes e identificar as estratégias de mobilização. A pesquisa está em andamento.

Sobre a metodologia, foi realizado um censo com os domicílios das áreas afetadas por inundações no bairro, utilizou-se como instrumento de pesquisa o questionário aplicado por meio de entrevista. Tal instrumento continha perguntas fechadas de única escolha, de múltipla escolha, assim como perguntas abertas de

³ Cf.: TAVARES, E.; SIQUEIRA, A. M. M. Espaço urbano, questão habitacional e as experiências com as inundações em Ururáí. Relatório parcial de pesquisa (2015). A pesquisa foi realizada pelo NESA (Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais) do qual participam os autores. O NESA é um dos núcleos de pesquisa da Universidade Federal Fluminense em Campos.

caráter qualitativo, para posterior análise de conteúdo e codificação. O questionário foi aplicado a um dos moradores dos 232 domicílios identificados como ocupados, este deveria ter mais de 18 anos e se dispor a participar da pesquisa.

2.1. Infraestrutura urbana e aspectos sociais e econômicos

No geral, os domicílios estão em uma área que apresenta certa dificuldade de definição da propriedade do terreno. Várias respostas foram encontradas dos moradores que participaram da entrevista a respeito dessa definição: uns afirmam que essas áreas pertenciam a Usina de cana de açúcar Cupim, do Grupo Othon – que hoje se encontra desativada – localizada no mesmo bairro que cedeu terrenos e moradias para algumas famílias, outros disseram que era propriedade da família, já outros declararam que tomaram posse ou ocuparam o espaço.

Sobre a situação do terreno nota-se a coexistência de vários domicílios construídos em um mesmo lote. Apenas 37% dos domicílios estão em lotes em que há apenas o próprio domicílio. Os demais estão em lotes nos quais chegamos a observar vários domicílios aglomerados. Quando perguntados sobre a forma de utilização dos domicílios, a maioria dos moradores (96%), tem uso exclusivamente residencial; apenas 9 domicílios são utilizados para fins residenciais e comerciais. No geral, com algum estabelecimento de comércio em frente sua à residência.

Sobre a estrutura da casa, nota-se que menos da metade dos domicílios (41,1%) são de construções de alvenaria com revestimento e pintura; 27,2% dos domicílios são apenas com alvenaria (só tijolo); e 28,9% são de alvenaria com revestimento (reboco)⁴. O destaque fica por conta de muito moradores afirmarem que ficam com receio de reformarem suas residências, pelo fato de não ter certeza de que permanecerão naquela área onde residem, devido ao processo de remoção que a área sofreu. Quanto ao tamanho das residências, a maior parte tem possui 4, 5 ou 6 cômodos por domicílio (correspondendo a 78% do total).

Sobre o acesso à rede de esgoto (tabela 1), por exemplo, fica evidente a situação precária, pois 28,4% declararam que despejam o esgoto diretamente no rio, e, entre os 6% que declararam vala, rua ou brejo, geralmente o destino final também

⁴ Para uma pequena porcentagem (3,9% - 9 domicílios) não foi possível identificar.

é o rio, segundo alguns moradores. Apenas 25,9% têm acesso à rede regular de esgoto e 38,4% afirmaram que possuem fossa.

Tabela 1 – Destino do Esgoto

Destino	Frequência	Porcentual
Rede regular	60	25,9
Fossa	90	38,8
Vala/Rua/Brejo	14	6,0
Rio	66	28,4
Não especificado	2	,9
Total	232	100,0

Fonte: NESA-UFF-Campos – 2015

Quanto aos demais serviços, no que se refere à energia elétrica, a maior parte declarou que tem acesso à luz, sendo que 30% declararam que possuem luz elétrica, mas não tem medidor. Vale ressaltar que esse é um serviço acessado via mercado, que deve ser difícil para famílias de um bairro, como Ururaí, que possui entre 60% a 80% dos domicílios com renda per capita de até um salário mínimo.

Sobre o acesso à água, boa parte dos entrevistados declarou que seus domicílios têm acesso à rede regular (81,9%); alguns disseram que a água vem da rua ou que não tem registro (12,1%); os demais declaram outras situações como poço, rio, emprestada ou não especificaram. Entretanto, foi possível notar que muitos que declararam “rede regular”, o entendem dessa forma pelo fato de a água vir da concessionária, mas “pegam” essa água de fonte existente na própria rua, sem pagar conta. Quanto à coleta de lixo, a maior parte declarou que há coleta de lixo regular ou que colocam em caçamba na rua mais próxima do asfalto (93,1% dos domicílios nestas duas categorias). Quanto ao acesso à telefonia, a maior parte dos entrevistados declarou que possui apenas a telefonia móvel, a posse de celular para se comunicar.

Sobre algumas características sociais e econômicas, em relação à escolaridade, a área pesquisa em Ururaí apresenta uma taxa elevada de indivíduos que não tiveram acesso à instrução ou não possuem nível fundamental completo, cerca 63,5% do total de pessoas residente nessas áreas. Mesmo considerando apenas a população de 18 anos ou mais que, a princípio, já poderia ter acessado o nível superior não há uma redução significativa (TAVARES; SIQUEIRA, 2015).

Entre estes jovens ou adultos, o percentual de sem instrução ou nível fundamental incompleto, apesar de diminuir um pouco pela retirada dos mais jovens, permanece com mais da metade, em torno de 54,7% da população se encontra nesta condição. No outro extremo, há apenas 11 pessoas que possuem ou estão cursando o nível superior, 2,1% do total da população de 18 anos ou mais.

Quando se faz a análise sobre a renda, verifica-se que, dos que declararam obter renda proveniente do trabalho, 8% recebe até meio salário mínimo; aproximadamente 40% recebe de meio a um salário mínimo; outros cerca de 40% recebe de um a dois salários mínimos; e os demais recebem mais de dois a salários mínimos (o salário mínimo era no valor de R\$ 788,00 na época).

2.1.1. Experiências dos moradores e a percepção sobre o risco

Segundo o poder público local, boa parte dessa área estudada se encontrava em situação de risco à época da pesquisa, devido, sobretudo, à proximidade com o rio e a ocorrência de diversos períodos de inundações sofridas no local. Portanto, a pesquisa levantou informações relativas ao objetivo deste artigo no sentido de apresentar a percepção dos moradores em relação ao risco e sua concepção em relação à área em que residem. Isso porque essa denominação geralmente parte somente do poder público, e a população fica alijada tanto do processo de definição quanto das medidas a serem tomadas. Portanto, tem sido nosso interesse ouvir dos próprios sujeitos suas percepções, a partir de suas experiências e vivências na localidade.

Sendo assim, quando perguntados se “o seu domicílio se encontra em área de risco” (tabela 2), obtemos as seguintes respostas: 47,4% dos entrevistados (110 pessoas em domicílios) disseram que sim, enquanto outros 51,7%, sendo 120 pessoas, responderam que não acham seu lugar de moradia como área de risco. Diante disto, percebeu-se que as opiniões foram bem divididas.

Tabela 2 – O domicílio está em uma área de risco?

Respostas	Frequência	Porcentual
Sim	110	47,4
Não	120	51,7
Nãosabe/Nãorespondeu	2	,9
Total	232	100,0

Fonte: NESA-UFF-Campos – 2015.

Os entrevistados foram questionados sobre o porquê da resposta positiva ou negativa, as respostas elencadas foram as seguintes: entre os que disseram não, relataram que a água jamais havia chegado a suas casas ou que a enchente muito intensa ocorreu apenas uma vez no ano de 2008, e que nas demais vezes foi possível lidar com a enchente, que era possível reformar sua casa, comprar móveis em substituição aos que foram perdidos nas enchentes, e tomar os procedimentos cabíveis que pudessem amenizar a situação pós-enchente. Já os que disseram sim (acham que a área é de risco), apontaram como motivo das suas respostas a proximidade com rio, a ocorrência frequente das enchentes, a estrutura ruim das casas, as falhas de infraestrutura já existentes, entre outros. Alguns atribuíram o risco à preocupação com afogamentos também, principalmente em relação às crianças nos períodos em que o rio está cheio.

É importante ressaltar que quando foi feita a pergunta se alguém ou alguma instituição já lhes havia dito que o lugar de moradia era de risco, a resposta também ficou bem dividida, pois 48,7% disseram que sim e 50,4% informaram que não (tabela 3). Entre os que disseram que Sim, a maior parte afirmou ter ouvido da Defesa Civil que aquela é uma área de risco.

Tabela 3 – Alguém já disse que a sua casa está em área de risco?

Respostas	Frequência	Porcentual
Sim	113	48,7
Não	117	50,4
Não sabe/Não respondeu	2	,9
Total	232	100,0

Fonte: NESA-UFF-Campos – 2015.

Se cruzarmos a informação de quem acha que o seu domicílio está em área de risco ou não, com quem disse que já foi informado/notificado a respeito (tabela 4), é possível observar que há uma relação entre quem deu resposta positiva e negativa em ambas as questões. Entre os que declararam que acham que seus domicílios estão em área de risco, 70% também disse que já foram informados sobre isso por terceiros, ou seja, a maior parte. Ao mesmo tempo, entre os 118 entrevistados que manifestaram não concordar que estão em área de risco, quase 70% também disse que jamais foram informados a respeito.

Tabela 4 – Cruzamento entre as variáveis de percepção sobre o risco

O domicílio está em uma área de risco?	Alguém já disse que a sua casa está em área de risco?		Total (100%)
	Sim	Não	
Sim	70,0	30,0	100
Não	30,5	69,5	100
Total	101	99	200

Fonte: NESA-UFF-Campos – 2015.

Portanto, na perspectiva da construção social do risco, vemos que é possível identificar uma concepção de “estar em risco” construída socialmente, no caso, especialmente pela influência do poder público e de “peritos”, como os agentes da Defesa Civil. Ao mesmo tempo, a ausência de informação vinda de profissionais e representantes do poder público no que se refere ao assunto pode ter contribuído para não considerar tais áreas como de risco.

Se correlacionarmos as pessoas que declararam que pretendem sair da casa devido às enchentes com a percepção sobre a área de risco (tabela 5), também é possível supor que há uma relação entre essas variáveis. Embora o mais recorrente sejam pessoas que não gostariam de sair de suas casas, também encontramos várias pessoas que manifestaram interesse em sair da casa, alguns disseram ainda que pretendem/gostariam de sair da casa, mas não gostariam de sair do bairro, entre esses alguns já estava à espera de uma casa, inclusive. Nota-se que para estes que querem sair (69 pessoas em domicílios), a maior parte (75%) disse que mora em área de risco. Já entre os que não querem sair da casa, a percepção de que o lugar é uma área de risco se restringe a um percentual menor (36,9%).

Tabela 5 – Cruzamento entre percepção sobre o risco e mudança de residência

O domicílio está em uma área de risco?	Pretende sair da casa para outro bairro em função das cheias?		Total (100%)
	Sim	Não	
Sim	75,4	36,9	110
Não	24,6	63,1	116
Total	69	157	226

Fonte: NESA-UFF-Campos – 2015.

Enquanto mudar de casa em função das cheias mostrou-se uma opção para 69 entrevistados, a mudança de bairro foi indicada como alternativa para 52

entrevistados nos domicílios das áreas afetadas por enchentes no bairro Ururaí. Vale ressaltar que essa pergunta sobre a mudança de bairro não estava atrelada à dimensão das enchentes. Entre aqueles que manifestaram querer mudar de bairro, as respostas foram muito dúbias, alguns diziam que gostavam do bairro, mas indicavam problemas relacionados à violência, drogas, falta de infraestrutura, pobreza, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se que a suscetibilidade aos desastres ambientais no contexto urbano pode estar ligada ao histórico processo de ocupação e apropriação do espaço, associado às desigualdades socioespaciais que permeiam os bairros das cidades como, por exemplo, na localidade de Ururaí, potencializando os riscos sociais e ambientais.

Como afirma Valencio (2009), ao falar da relação estabelecida entre área carente e área de risco, é possível identificar na localidade uma sobreposição de situações. Ao passo que os dados realmente revelam uma situação profundamente desigual em relação a outras áreas da cidade, no que se refere aos aspectos sociais e econômicos, pois a localidade faz parte de uma área periférica com processos de vulnerabilização social, também se observam situações de risco – embora a percepção sobre estes não seja completamente convergente entre o saber técnico e perito e a própria população.

Como desdobramento, está sendo desenvolvida pesquisa na localidade a fim de analisar o contexto atual após as políticas habitacionais, assim como compreender os mecanismos empreendidos pela população para o enfrentamento dos desastres e as estratégias de mobilização.

Referências

ARRUDA, A. P. S. **Política habitacional e direito à cidade: a experiência do Programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes-RJ**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte fluminense, Campos dos Goytacazes - Rio de Janeiro, 2014.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**: Rumo a uma outra modernidade. Tradução: Sebastião Nascimento, Editora 34, 2011, 2ª edição.

CARMO, Roberto Luis. **Urbanização e Desastres**: Desafios para a segurança humana no Brasil. *In*: CARMO, R. L.; VALENCIO, N. (org.). Segurança humana no contexto dos Desastres. NEPO/UNICAMP, NEPED/UFSCAR, FMCJS, Campinas, 2014.

CASTRO, Cleber Marques de *et al.* **Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações, Abordagens e Escalas** - Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ Vol. 28-2 / 2005 p. 11-30. Disponível em: http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_2005/Anuario_2005_11_30.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.

CASTRO, Amanda Gomes; SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. **Proteção aos direitos de crianças e adolescentes em situação e desastres ambientais no estado do Rio de Janeiro/Brasil**. V Seminário Internacional – Direitos Humanos, violência e pobreza – a situação de Crianças e Adolescentes na América Latina.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Universidade de Buenos Aires. Data: 26, 27 e 28 de Novembro de 2014. Disponível em: <http://www.nesa.uff.br/index.php/publicacoes/artigo/> . Acesso em: 10 out. 2017.

CUNICO, Camila; OKA-FIORI, Chisato. O Estado de Normalidade e o Estado de Exceção Diante da Importância das Categorias de “Vulnerabilidade”, “Risco” e “Resiliência”. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia v. 15, n. 52, p. 1-20, dez. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/>. Acesso em: 31 mar. 2020.

Di GIULIO, Gabriela Marques *et al.* **Percepção de risco: um campo de interesse para a interface ambiente, saúde e sustentabilidade**. Saude soc., 2015, v. 24, n. 4, p.1217-1231. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015136010>. Acesso em: 12 out. 2019.

DIAS, Mário Benjamin. **Urbanização e Ambiente Urbano no Distrito Administrativo de Icoaraci, Belém-PA**. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de Geografia Programa de Pós-Graduação Em Geografia Humana - São Paulo 2007 p. 1-314. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03122007-114244/publico/TESE_MARIO_BENJAMIN_DIAS.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

FRAGOSO, Maria de Lourdes de Carvalho. **Desastre, risco e vulnerabilidade socioambiental no território da mata sul de Pernambuco/Brasil**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco – Recife, 2013.

GOTTSCHALG, Maria de Fátima S. **Segregação Sócio-Espacial Urbana e Intervenção Estatal: Uma abordagem geográfico-social**. Conselho regional de Serviço Social de Minas Gerais – CESS 6ª Região, abril 2012.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GUIVANT, Julia S. **A Trajetória das Análises de Risco: da Periferia ao Centro da Teoria Social** - ANPOCS. Nº 46, 1998 pp. 3-38. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228362682_A_trajetoria_das_analises_de_risco_da_periferia_ao_centro_da_teorica_social/link/5547ac400cf26a7bf4da94e8/download. Acesso em: 14 fev. 2021.

JATOBÁ, Ulisses Silva Jatobá. **Urbanização, Meio Ambiente e Vulnerabilidade Social**. IPEA boletim regional, urbano e ambiental 05 jun. 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5567/1/BRU_n05_urbanizacao.pdf. Acesso em: 02 fev. 2020.

MARANDOLA JR., Eduardo. **Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências – Campinas, SP – 2008 - p. 1-278. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/20811>. Acesso em: 28 mar. 2020.

MARANDOLA JR. Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. **Vulnerabilidades e Riscos: entre Geografia e Demografia**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, realizado em Caxambú/MG – Brasil, de 20-24 de Setembro de 2004 p. 1-38.

MARCELINO, Emerson Vieira. **Desastres Naturais e Geotecnologias: Conceitos Básicos**. CRS/INPE - Santa Maria 2008 p. 1-38.

MARCHEZINI, Victor. **As ciências sociais nos desastres: um campo de pesquisa em construção** - BIB, São Paulo, n. 83, 1/2017 (publicada em fevereiro de 2018), pp. 43-72. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323075415_As_ciencias_sociais_nos_desastres_um_campo_de_pesquisa_em_construcao. Acesso em: 09 jan. 2021.

MARCHEZINI, Victor; SIENA, Mariana; VALENCIO, Norma; GONÇALVES, Juliano Costa. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil** - Versão Eletrônica PDF, RiMa Editora, 2009 p. 1-268.

QUARANTELLI, Enrico Louis. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 25-56, 2015.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **IBEU: Índice de Bem-Estar Urbano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letras Capital, 2013.

SIENA, Mariana. **Política de Remoção: “Fazer Viver e Deixar Morrer”**. Sociologia dos Desastres: construções, interfaces e perspectivas no Brasil – volume II /organizado por Norma Valencio – São Carlos: RiMa Editora, 2010.

SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata; MENDES, Juliana Nazarena; FILHO, Alex José Lemos. **Desastres ambientais e conflitos socioespaciais no Brasil**. pp. 109 – 121 – junho – dezembro, 2016. Disponível em: < <http://www.nesa.uff.br/wp-content/uploads/2017/02/DESASTRES-AMBIENTAIS-E-CONFLITOS-SOCIOESPACIAIS-NO-BRASIL.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

TAVARES, Érica. **Mobilidade espacial e desastres ambientais: Elementos da relação população e ambiente no contexto urbano** – Anais XVII ENANPUR – Natal 2019, 27 a 31 maio p. 1-21. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=428>. Acesso em: 05 ago. 2020.

TAVARES, Érica; SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. **Espaço urbano, a questão habitacional e as experiências com as inundações em Ururáí**. Relatório parcial do Projeto de Pesquisa da FAPERJ: Cartografia socioambiental e mapeamento das áreas de risco de inundações no norte fluminense: subsídios para a implementação de sistemas de alerta, 2015.

TORRES, H.G. A demografia do risco ambiental. *In*: TORRES, H.; COSTA. H. (orgs.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Editora SENAC, 2006, p. 53-73.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa. **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil** - Versão Eletrônica PDF, RiMa Editora, 2009. p. 1-268.